

Material Suplementar

“Relatório Temático sobre Restauração de Paisagens e Ecossistemas”

O documento é composto por dez tópicos:

- 1) Apresentação;
- 2) Como dar escala;
- 3) Políticas públicas e governança;
- 4) Movimentos e coletivos;
- 5) Práticas de restauração ecológica nos diferentes biomas brasileiros;
- 6) Benefícios da restauração de paisagens e ecossistemas;
- 7) Equidade de gênero e diversidade;
- 8) Quem paga a conta;
- 9) Cenário atual de projetos e investimentos;
- 10) Oportunidades.

Números e fatos em destaque

- Com o cumprimento da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651/2012) será possível efetivar o desmatamento ilegal zero, promover o manejo sustentável de florestas e a recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030.
- Estudos mostram que é possível conciliar as metas de desmatamento ilegal zero e de recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa nas propriedades rurais brasileiras, regularizando essas propriedades na legislação ambiental, e, ainda, expandir a produção agrícola nacional para alimentar o mundo, por meio do planejamento integrado da paisagem e do aumento da produtividade agrícola.
- O fortalecimento dos programas de certificação ambiental e do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) deverá propiciar um efetivo desenvolvimento sustentável na agricultura brasileira, inclusive permitindo a recuperação adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e o incremento de 5 milhões de hectares de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas (iLPF), ambos até 2030.
- Considerando o Brasil como um todo, seria suficiente o aumento da produtividade da pecuária brasileira nos próximos 30 anos para garantir sustentabilidade econômica da atividade e o cumprimento de leis e metas ambientais.
- Na Amazônia, atender a todas as metas de produção agrícola e florestal, de desmatamento ilegal zero e de recuperação da vegetação nativa – visando legalizar ambientalmente as propriedades rurais e ainda potencializar a produção agrícola e os serviços ecossistêmicos – significa ampliar a produtividade do nível atual de 46% para 63-75% do seu potencial sustentável, em 15 anos.
- Na Mata Atlântica, esse mesmo processo necessita de um aumento dos atuais 24% para 30-34% do seu potencial, sendo que tal incremento é possível apenas aplicando o conhecimento básico de tecnificação da pecuária.

- No Cerrado, bastaria sair dos 35% vigentes para 65% do seu potencial sustentável até 2050, de modo a harmonizar expansão agrícola sustentável, restauração em áreas prioritárias e desmatamento ilegal zero.
- Modelos climáticos projetam que, em 50 anos, a Amazônia, a Caatinga e porções da Mata Atlântica poderão ter sua temperatura média anual aumentada em 3-5 °C e sua precipitação anual reduzida em 10%, além de uma forte concentração temporal desses eventos, como temos vivenciado todos os anos, com grandes prejuízos em todas as áreas, inclusive na produção agrícola.
- A recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa pode sequestrar 1,39 Mt CO₂ da atmosfera e contribuir para minimizar esses efeitos climáticos.
- A restauração, se bem planejada e implementada na paisagem, pode aumentar em mais de 200% a conservação da biodiversidade.
- Estima-se a criação de 200 empregos diretos (por meio de coleta de sementes, produção de mudas, plantio e manutenção) a cada 1.000 hectares em restauração com intervenção humana.
- Projeta-se que entre 112 e 191 mil empregos sejam gerados anualmente até 2030 para o alcance da meta brasileira de recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa.
- A restauração assegura a presença de polinizadores, que aumentam a produtividade das culturas agrícolas brasileiras em até 90%. Cerca de 40% das culturas agrícolas do país têm redução de produção de 40-100% na ausência de polinizadores e, em outros 45% das culturas, a diminuição está entre 1-40%.
- 40% dos produtos farmacêuticos dependem da riqueza biológica dos biomas brasileiros.
- Em Paragominas (PA), em apenas quatro anos, propriedades de pecuária irregulares ambientalmente e de baixa produtividade (15 mil ha) regularizaram suas exigências ambientais legais e aumentaram a produtividade em quatro vezes (Projeto Pecuária Verde).
- Na Mata Atlântica, a recuperação do débito de Reserva Legal (ca. 5 milhões de hectares) pode evitar até 26% de extinção de espécies (2.864 espécies de plantas e animais) e sequestrar 1 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente. A relação custo-efetividade desse cenário é oito vezes maior se comparada a um contexto sem priorização espacial, o que aumenta em 257% a extinção evitada de espécies e em 105% o sequestro de carbono, e reduz os custos em 57%.
- Na Mata Atlântica, 2,7 milhões de hectares de florestas se recuperaram, entre 1996 e 2015, sendo a maioria resultado de regeneração natural.
- Na Mata Atlântica, a condução da regeneração natural em áreas com condições ambientais e socioeconômicas favoráveis pode reduzir até 77% do custo de implementação da restauração nos próximos 20 anos.
- 1 hectare de floresta em pé na Amazônia corresponde a R\$ 3.500/ano em serviços ecossistêmicos.
- No Cerrado, enquanto 1 hectare de vegetação nativa equivale a um benefício de R\$ 2.300/ano em serviços ecossistêmicos, 1 ha de plantação de soja no bioma vale R\$ 1.200/ano e 1 ha convertido em pastagem se equipara a um lucro de apenas R\$ 100/ano.

- A recuperação da vegetação nativa de forma custo-efetiva no país – maximizando a geração de benefícios socioeconômicos e ambientais + minimizando a competição com áreas agrícolas – permitiria:
 - o aumento da produtividade média da pecuária brasileira de 4,4 para 9 arrobas/ha/ano
 - a recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa
 - o desmatamento ilegal zero
 - a liberação de 30 milhões de hectares para a agricultura alcançando as metas nacionais de produção de alimentos

Sobre o Relatório

O Relatório Temático sobre Restauração de Paisagens e Ecossistemas é resultado da parceria entre a Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES, da sigla em inglês) e o Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS), com o apoio do projeto da Cooperação Brasil-Alemanha TEEB Regional-Local. Este relatório foi produzido por 45 autores, entre professores universitários e pesquisadores de mais de 25 instituições, que vêm trabalhando regularmente na sua redação desde outubro de 2018. O relatório contou também com a revisão externa acurada de outros quatro especialistas com vasta experiência no assunto e nesse tipo de documento.

A Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES) – A BPBES (sigla, em inglês) é uma iniciativa criada em 2015 que congrega um grupo independente formado por cerca de 120 autores, dentre professores universitários, pesquisadores, gestores ambientais e/ou tomadores de decisão. Seu objetivo é produzir sínteses do melhor conhecimento disponível pela ciência acadêmica e pelos saberes tradicionais sobre as temáticas da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos e suas relações com o bem-estar humano, com foco nos biomas continentais do Brasil (Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Campos Sulinos) e no costeiro-marinho. Para tanto, promove reuniões setoriais de trabalho com grupos de interesses variados – como representantes do governo federal, organizações não governamentais, empresas, etnias indígenas e jornalistas – com o intuito de compartilhar os principais resultados, debater e ouvir críticas e sugestões. A iniciativa é inspirada na Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) da ONU, criada em 2012 e que funciona como o “IPCC da Biodiversidade”. A BPBES conta com o apoio financeiro do CNPq e do Programa Biota/Fapesp e tem o apoio institucional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS). Conheça mais sobre a Plataforma em www.bpb.es.net.br

O Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) – O IIS é um *think-and-do-tank* cuja missão é promover a transição para a sustentabilidade por meio da geração e da disseminação de conhecimento. O Instituto desenvolve pesquisa, capacitação e ferramentas que visam compreender a relação entre o homem e os demais elementos da natureza e apoiar a implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria dessa interação. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o IIS tem como principal objetivo o uso sustentável da Terra, em particular a conservação da biodiversidade, a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas, a diminuição da degradação do planeta e a proposição de soluções para os desafios associados ao desenvolvimento sustentável. Desde a sua criação, em 2009, a instituição tem participado e oferecido subsídios acerca desses temas às Convenções das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB) e Mudança Climática (UNFCCC), e a governos nacionais e locais em processos envolvendo diferentes atores.

#####

Outros relatórios da BPBES

Além do diagnóstico sobre Restauração, a Plataforma já lançou (disponíveis no site da plataforma):

- 1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (nov/2018)
- “Potência Ambiental da Biodiversidade: um caminho inovador para o Brasil” (aborda o tema das Mudanças Climáticas, lançado em dez/2018 em parceria com o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas).
- “Polinização, Polinizadores e Produção de Alimento no Brasil” (fev/2019, em parceria com a Rede Brasileira de Interações Planta-Polinizador/Rebipp)
- “Água – Biodiversidade, Serviços Ecossistêmicos e Bem-Estar Humano no Brasil” (agosto/2019)

Está previsto o lançamento de mais um diagnóstico:

- “Contribuição dos Povos Indígenas e Comunidades Locais Tradicionais para a Biodiversidade Brasileira” (2020)

#####

Informações adicionais e suporte audiovisual (fotografias, infográficos e vídeo-animação sobre o Sumário) estão disponíveis mediante solicitação.

#####

Para mais informações, contate:

Isabela de Lima Santos - Comunicação da BPBES
ibeliska@gmail.com / (31) 99872-5948 - WhatsApp